



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA/SP

### PROJETO DE LEI

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência do Município de Laranjal Paulista SP.

A Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVA:

#### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – CMPD, vinculado à Secretaria de Promoção Social e Política Habitacional, colegiado de caráter permanente, que tem por finalidade a formulação de estratégias e controle social da execução das ações e políticas públicas do município de Laranjal Paulista SP voltadas à pessoa com deficiência, de acordo com as definições da Lei Brasileira de Inclusão (Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

**Art. 2º** Compete ao Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência:

- I–** Acompanhar e fiscalizar a política municipal da pessoa com deficiência de forma articulada com os demais órgãos da Administração Pública, propondo a elaboração de estratégias, estudos, pesquisas, programas, projetos, serviços, campanhas, formações, capacitações, eventos e ações que objetivem a defesa e a garantia dos direitos da pessoa com deficiência;
- II–** Acompanhar e monitorar a elaboração e a execução orçamentária no âmbito municipal em suas diversas fases, propondo as modificações necessárias à consecução das ações e políticas públicas voltadas aos direitos da pessoa com deficiência;
- III–** Solicitar, avaliar e emitir pareceres sobre os relatórios de gestão das secretarias e órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta sobre os resultados da execução das ações e políticas públicas municipais relativas aos direitos da pessoa com deficiência;
- IV–** Promover e apoiar ações que contribuam para a inclusão cultural, econômica, social e política da pessoa com deficiência, garantindo a representação plena destas pessoas em todos os Conselhos Municipais, Conselhos Gestores, Fóruns, Audiências Públicas e demais instâncias de participação constituídas no Município;
- V–** Encaminhar e monitorar as demandas das pessoas com deficiência em relação aos serviços públicos municipais e propor adequações necessárias para garantir melhores resultados na execução da política pública municipal na perspectiva da intersetorialidade e transversalidade;
- VI–** Propor que a Administração Pública Municipal inclua e mantenha ações referentes às pessoas com deficiência;
- VII–** Elaborar e executar projetos ou programas concernentes às pessoas com deficiência que, por sua temática, complexidade ou caráter inovador, não possam, de forma imediata, ser incorporados por outras Secretarias e demais órgãos da Administração Pública Municipal;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA/SP

- VIII-** Acompanhar e monitorar a implementação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil na Cidade de Laranjal Paulista, no âmbito de sua área de atuação, bem como examinar, apreciar e acompanhar a celebração de contratos, convênios ou outros ajustes que tenham como objeto as políticas públicas de interesse ou que atinjam as pessoas com deficiência, bem como suas famílias e cuidadores;
- IX-** Receber e encaminhar aos órgãos competentes petições, sugestões, denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade no caso de práticas discriminatórias, ameaça ou violação dos direitos da pessoa com deficiência, propondo a adoção de medidas efetivas de proteção e reparação;
- X-** Fomentar e acompanhar as instâncias regionais de participação da sociedade civil em suas diferentes modalidades e formas de organização, captando as demandas relativas à temática dos direitos da pessoa com deficiência;
- XI-** Incentivar a participação popular descentralizada na defesa dos direitos das pessoas com deficiência;
- XII-** Promover ações educativas e culturais e demais atividades voltadas à formação cidadã da pessoa com deficiência em seus diferentes ciclos de vida, suas famílias, seus cuidadores, profissionais da área e interessados, com foco na formação de novas lideranças e no protagonismo da pessoa com deficiência;
- XIII-** Articular ações estratégicas e pautas conjuntas com o Conselho Nacional e com o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, bem como com todos os conselhos setoriais e de direitos constituídos no Município;
- XIV-** Convocar e organizar, no âmbito municipal, as Conferências dos Direitos da Pessoa com Deficiência e os Encontros Paulistanos de Pessoas com Deficiência, com foco na garantia da participação e protagonismo da pessoa com deficiência nos espaços de decisão;
- XV-** Divulgar amplamente as suas atividades e manter canais permanentes e atualizados de comunicação com a sociedade;
- XVI-** Elaborar e aprovar o seu regimento interno.

**Parágrafo único** As recomendações do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência terão caráter indicativo ao Poder Público e à sociedade civil.

### **CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 3º** O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência será constituído por 8 (oito) membros titulares e respectivos suplentes, sendo eles, preferencialmente, pessoa com deficiência, divididos em:

- I-** 04 (quatro) representantes da Administração Pública Municipal e seus respectivos suplentes:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA/SP

- a) 01 (Um) membro da Secretaria Municipal de Educação;
  - b) 01 (Um) membro da Secretaria Municipal da Saúde;
  - c) 01 (Um) membro da Secretaria Municipal de Promoção Social e Política Habitacional;
  - d) 01 (Um) membro da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Emprego.
- II-** 04 (quatro) representantes da sociedade civil e de entidades sem fins lucrativos que defendam ou promovam os interesses das pessoas com deficiência e seus respectivos suplentes.

**§1º** Os membros, titulares e suplentes, a que se referem os incisos I e II do *caput* deste artigo serão escolhidos por indicação de cada pasta e/ou órgão representativo para mandato de 2 (dois) anos, com possibilidade de 1 (uma) recondução por igual período.

**§2º** A pessoa com deficiência que tenha atestada sua incapacidade para os atos da vida civil poderá ser legalmente representada para ocupar quaisquer das vagas previstas nos incisos I e II do *caput* deste artigo, desde que tal incapacidade decorra de impedimento de longo prazo que, em interação com uma ou mais barreiras, configure a condição de pessoa com deficiência, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

**§3º** A função de membro do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência não será remunerada, sendo considerada serviço público relevante.

**§4º** Os conselheiros servidores públicos exercerão suas atribuições sem prejuízo das demais funções.

### **CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO**

**Art. 4º** O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência será organizado por estrutura básica constituindo Mesa Diretora composta de Presidente, Vice-Presidente e Secretário, a serem escolhidos dentre os seus membros titulares, conforme disposto no regimento interno.

**Parágrafo único** O presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência deverá ser escolhido, obrigatoriamente, dentre os representantes com deficiência da sociedade civil.

**Art. 5º** A Mesa Diretora tem como atribuições:

- I-** Zelar pelo cumprimento das finalidades do Conselho, nos termos do que dispõe o art. 2º desta Lei;
- II-** Elaborar o regimento interno do Conselho;
- III-** Convocar as Conferências Municipais, as Plenárias Ordinárias e
- IV-** Extraordinárias e as Plenárias Temáticas;



**CAPÍTULO IV**  
**DO FUNDO MUNICIPAL PARA POLÍTICAS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

**Art. 6º** Poderá ser criado no município o Fundo Municipal para Políticas da Pessoa com Deficiência, tem por objetivo a captação e repasse de recursos para o fomento de projetos destinados à integração social das pessoas com deficiência.

**Art. 7º** Constituirão receitas do Fundo:

- . Créditos orçamentários ou especiais que lhe sejam destinados;
- . Doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- . Contribuições de qualquer natureza, sejam públicas ou privadas;
- . Recursos de convênios;
- . Rendimentos provenientes da aplicação financeira de recursos disponíveis;
- . Outras rendas eventuais.

**§1º** O orçamento da Secretaria de Promoção Social e Política Habitacional deverá prever recursos anuais para o Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência.

**§2º** Os recursos do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência serão utilizados:

- I**– No financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços voltados à Pessoa com Deficiência, devidamente aprovados pelo Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;
- II**– Na aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos, necessários ao desenvolvimento dos programas, projetos e serviços mencionados no inciso I deste parágrafo;
- III**– No desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações voltadas à pessoa com deficiência;
- IV**– No desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na mencionada área e conselheiros;
- V**– A outras atividades deliberadas pela maioria absoluta dos membros titulares do CMPD.

**§3º** Os recursos a que se reporta o §2º serão depositados em conta corrente específica, a ser aberta em instituição financeira oficial.

**Art. 8º** Os recursos do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência serão geridos pelo órgão fazendário do Município, o qual somente poderá movimentá-los mediante aprovação da maioria absoluta dos membros do CMPD.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA/SP

### **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 9º** A Administração Pública Municipal, na medida da disponibilidade orçamentária, propiciará ao Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, no âmbito de suas diversas instâncias, as condições necessárias ao seu funcionamento.

**Art. 10** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

**Art. 11** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista/SP, 12 de maio de 2022

ALCIDES de MOURA CAMPOS JUNIOR  
Prefeito Municipal



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA/SP

### **J U S T I F I C A T I V A**

Senhor Presidente,  
Senhores(as) Vereadores(as)

Trata-se de Projeto de Lei que pretende a criação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência do Município de Laranjal Paulista SP.

No ano de 2006, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, documento este ratificado pelo Brasil juntamente com seu Protocolo Facultativo, com equivalência de Emenda Constitucional por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008 e promulgado pelo Decreto nº 6.949/2009. Consequentemente, faz-se necessária a adequação das políticas públicas brasileiras à norma constitucional, cumprindo em seus dispositivos, princípios, conceitos e demais conteúdos presentes na citada Convenção.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência significa um marco histórico para toda a sociedade, sejam estas pessoas com ou sem deficiência, uma vez que representa um passo fundamental para materialização das políticas de inclusão das pessoas com deficiência, tendo sido resultado da luta dos movimentos de direitos humanos do mundo, protagonizada pelas pessoas com deficiência.

Segundo o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, existem no país 45.623.910 pessoas com algum tipo de deficiência, perfazendo assim, um total de 23,9% da população brasileira, das quais 56,6% são mulheres, 43,4% homens, 15,6% vivem no campo e floresta, 52% são negros, 0,4% indígenas, 10,25% crianças e adolescentes, 11,8% jovens de 18 a 29 anos e 28,6% são pessoas idosas. Esses dados indicam a necessidade de implementação de políticas públicas que contemplem todas as pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades de gênero, raça e etnia, geracional, de orientação sexual, linguística, religiosa, econômica e social.

Do mesmo modo, é fundamental e necessário o reconhecimento e a representatividade da diversidade de sujeitos na composição dos conselhos para atuar de modo efetivo no controle social das políticas públicas para garantia dos direitos desta parcela significativa da população.

Ante ao exposto e considerando que o projeto se reveste de grande importância para o Município, e certo de que esta solicitação será atendida, renovo os protestos de estima e consideração.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 12 de maio de 2022.

**ALCIDES de MOURA CAMPOS JUNIOR**  
Prefeito Municipal